Centro Unversitário Santo Agostinho

revistafsa

www4.Unifsanet.com.br/revista
Rev. FSA, Teresina, v. 23, n. 7, art. 2, p. 22-49, jul. 2026
ISSN Impresso: 1806-6356 ISSN Eletrônico: 2317-2983
http://dx.doi.org/10.12819/2026.23.7.2

Panorama da Produção Científica Sobre a Lei Nº 11.196/2005 (Lei Do Bem): Uma Revisão de Escopo com Abordagem Sistemática

Overview of Scientific Production on Law No. 11.196/2005 (The "Lei Do Bem"): A Scoping Review with a Systematic Approach

Francisco Valdivino Rocha Lima
Doutor em Ciência da Propriedade Intelectual pela Universidade Federal de Sergipe
Docente do Departamento de Gestão e Negócios do IFPI; e do (PROFNIT)
E-mail: valdivino@ifpi.edu.br

Cícera Isabel Alves Borges de Sousa
Mestranda em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação pela Universidade Federal do Piauí
Coordenadora de Núcleo de Centro Integrado da Universidade Estadual do Piauí
E-mail: ciceraisabel@ors.uespi.br

Endereço: Francisco Valdivino Rocha Lima
Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Avenida Fernando Corrêa da Costa, nº 2.367, Cuiabá, Mato Grosso, Brasil – CEP 78060-900.
Endereço: Cícera Isabel Alves Borges de Sousa
Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Avenida Fernando Corrêa da Costa, nº 2.367, Cuiabá, Mato Grosso, Brasil – CEP 78060-900.
.

Editor-Chefe: Dr. Tonny Kerley de Alencar Rodrigues

Artigo recebido em 01/06/2026. Última versão recebida em 16/06/2026. Aprovado em 17/06/2026.

Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review pelo Editor-Chefe; e b) Double Blind Review (avaliação cega por dois avaliadores da área).

Revisão: Gramatical, Normativa e de Formatação

RESUMO

Este estudo analisa a produção científica sobre a Lei nº 11.196/2005 (Lei do Bem), considerando a ausência de uma sistematização abrangente desse instrumento de incentivo à inovação no Brasil. Para isso, foi realizada uma revisão de escopo da literatura, com procedimentos sistemáticos de busca, seleção e análise, adotando abordagem quali-quantitativa. As buscas ocorreram em seis bases de dados, entre janeiro e fevereiro de 2026. A amostra final, composta por 78 estudos, foi examinada por meio de análise de conteúdo e organizada em nove eixos temáticos indutivos. Os resultados indicam um campo científico em consolidação, com predominância de pesquisas sobre dinâmica setorial, gestão organizacional e arcabouço jurídico da política. Observa-se que a Lei do Bem contribui para ampliar investimentos privados em PD&I, embora sua efetividade dependa de fatores estruturais e organizacionais, além de enfrentar barreiras de acesso e limitações na mensuração de resultados. Persistem lacunas relacionadas à avaliação de impactos e à inclusão de diferentes perfis empresariais, indicando a necessidade de aprimoramento institucional e de novas agendas de pesquisa.

Palavras-chave: Lei do Bem. Inovação Tecnológica. Incentivos Fiscais. Políticas Públicas.

ABSTRACT

This study analyzes the scientific production on Law No. 11,196/2005 (the "Lei do Bem"), given the absence of a comprehensive systematization of this innovation incentive instrument in Brazil. To this end, a scoping review of the literature was conducted, following systematic procedures for searching, selecting, and analyzing studies, with a quali-quantitative approach. Searches were carried out across six databases between January and February 2026. The final sample, comprising 78 studies, was examined through content analysis and organized into nine inductive thematic axes. The results indicate a scientific field in consolidation, with a predominance of research on sectoral dynamics, organizational management, and the legal framework of the policy. The findings suggest that the Lei do Bem contributes to expanding private investment in R&D&I, although its effectiveness depends on structural and organizational factors, while also facing access barriers and limitations in measuring outcomes. Gaps persist regarding impact assessment and the inclusion of diverse business profiles, pointing to the need for institutional improvement and new research agendas.

Keywords: Lei do Bem. Technological Innovation. Tax Incentives. Public Policies.

1 INTRODUÇÃO

A crescente demanda por inovação no setor produtivo tem impulsionado a formulação de políticas públicas que visam incentivar a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação nas empresas brasileiras (MAYRINK, 2025).

Dentre as políticas de incentivo à inovação, destaca-se a Lei nº 11.196/2005, conhecida como Lei do Bem, que outorga incentivos fiscais voltados ao estímulo de atividades inovadoras por parte do setor empresarial. Ao longo das últimas duas décadas, essa legislação consolidou-se como um dos principais mecanismos de indução tecnológica no país (CARNEIRO; CARNEIRO NETO; OLIVEIRA JÚNIOR, 2024), fundamentada no princípio da extrafiscalidade para promover o crescimento econômico e a competitividade nacional (LAKS, 2016).

Contudo, apesar da sua longevidade e importância estratégica, a diversidade de abordagens e a fragmentação dos estudos acadêmicos em diferentes áreas do conhecimento dificultam a obtenção de uma visão integrada sobre o desempenho e a evolução dessa política pública. A problemática deste trabalho concentra-se, portanto, na necessidade de mapear e sintetizar de maneira estruturada os achados da literatura, a fim de identificar as principais tendências, os resultados já alcançados e as lacunas existentes nas pesquisas publicadas sobre o tema. Sem uma síntese que conecte essas produções dispersas, o entendimento sobre a eficácia real da norma permanece limitado a nichos específicos, impedindo uma avaliação holística do seu impacto no sistema nacional de inovação.

Diante desse contexto, o presente artigo tem como objetivo examinar o panorama da produção científica sobre a Lei do Bem, destacando as principais vertentes de pesquisa e a trajetória de desenvolvimento do conhecimento acumulado acerca do incentivo fiscal. Para isso, propõe-se mapear abordagens metodológicas, tendências investigativas e lacunas identificadas na literatura, bem como organizar as evidências disponíveis sobre seus impactos, limites e desafios no âmbito da política de incentivo à inovação no Brasil.

Esta pesquisa configura-se como um estudo exploratório-descritivo, fundamentado em uma revisão de escopo da literatura, organizada por meio de procedimentos sistemáticos de busca, seleção e análise dos estudos. Sua condução foi orientada por diretrizes metodológicas adaptadas do Preferred Reporting Items for Systematic reviews and Meta-Analyses extension for Scoping Reviews (PRISMA-ScR), com o propósito de sistematizar o conhecimento disponível e contribuir para a construção de um referencial consistente que apoie o avanço da ciência e da tecnologia brasileira.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Políticas Públicas de incentivo à inovação no Brasil

A inovação passou a ocupar um lugar central nas estratégias de desenvolvimento econômico, especialmente em países que buscam ampliar sua competitividade e reduzir dependências tecnológicas (CARNEIRO; CARNEIRO NETO; OLIVEIRA JÚNIOR, 2024). Esse cenário atribuiu às políticas públicas um papel estratégico na criação de condições favoráveis para que empresas e instituições investissem em PD&I (NOGUEIRA; OLIVEIRA, 2023).

O desempenho inovador de um país não depende apenas de iniciativas isoladas, mas da articulação entre diferentes atores, como governo, universidades e setor produtivo (BORGES *et al*., 2020). Nessa perspectiva, destaca-se a relevância dos sistemas nacionais de inovação, ao enfatizar que o progresso tecnológico resulta da interação contínua entre essas esferas (ANDRADE; MENEZES, 2024; LEMOS; CARIO, 2017).

A inovação no sistema brasileiro foi estruturada de forma gradual, com a incorporação de instrumentos voltados à ampliação da participação do setor privado. Ao longo desse processo, o Governo Federal passou a reconhecer a relevância de articular políticas de ciência, tecnologia e inovação com práticas cooperativas entre agentes públicos e privados. Essas iniciativas contribuem para o fortalecimento das capacidades inovativas e para a circulação estratégica de conhecimento e informações gerenciais, evidenciando uma dinâmica mais integrada entre os diferentes atores (MANNES; BEUREN, 2022).

Os incentivos fiscais configuram-se como mecanismos voltados à ampliação dos investimentos privados, sem implicar atuação direta do Estado na execução das atividades. Nesse contexto, o governo assume uma função indutora, ao buscar mitigar falhas de mercado e dividir, com as empresas, os riscos associados à inovação. No Brasil, essa dinâmica se expressa por meio de políticas que articulam marcos legais e instrumentos financeiros, a exemplo da Lei do Bem. Ainda assim, seus resultados dependem de fatores estruturais, como estabilidade regulatória, acesso à informação e capacidade tecnológica, exigindo análises que considerem a maturidade dos sistemas de inovação e interações entre esses elementos.

2.2 A Lei do Bem e seus mecanismos de incentivo à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação

A Lei nº 11.196/2005 representa o principal instrumento de incentivo fiscal à inovação no Brasil (SANTOS; OLIVEIRA; RENAULT, 2023). Instituída com o objetivo de estimular investimentos privados, a legislação permite que empresas tributadas pelo lucro real usufruam de benefícios fiscais relacionados aos dispêndios realizados em atividades inovativas (MURAKAMI, 2021).

Entre os benefícios previstos, destacam-se a dedução adicional de despesas com pesquisa no cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, além da depreciação integral e amortização acelerada de bens destinados à inovação (BRUGNERA; DAMKE, 2021). Tais mecanismos visam reduzir o custo das atividades inovadoras, tornando-as mais atrativas para o setor empresarial (SILVA; MAGALHÃES; MORANO, 2024).

A perspectiva de Joseph Schumpeter reforça esta compreensão ao associar a inovação ao dinamismo econômico, destacando que o investimento em novas tecnologias envolve riscos que exigem a atuação do Estado para se tornarem atrativos (Porto; Memória, 2019). No entanto, a decisão de inovar e de utilizar os incentivos está diretamente ligada à estruturação dos processos de gestão de projetos e à capacidade da organização em lidar com a complexidade burocrática da norma (SILVA; MAGALHÃES; MORANO, 2024; ZONATTO *et al.*, 2019).

Mesmo com avanços, os benefícios da Lei do Bem ainda apresentam desafios de acessibilidade. Pesquisas recentes confirmam que a política fiscal é pouco utilizada no ambiente empresarial brasileiro devido a entraves como a necessidade de obtenção de lucro tributável e a falta de uma cultura inovadora consolidada (ANDRADE; MENEZES, 2024; Santos; Rapini; Mendes, 2016). Além disso, a efetividade da lei está ligada ao fortalecimento das bases institucionais e à capacidade de gerar valor real para os projetos (MEIRELES *et al*., 2024; MATIAS-PEREIRA, 2010). Com isso, a Lei do Bem consolida-se como um instrumento relevante, mas cuja eficácia plena depende de condições estruturais que influenciem o comportamento das empresas e a dinâmica do sistema nacional de inovação como um todo.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa consiste em uma revisão de escopo da literatura, estruturada a partir de procedimentos sistemáticos de busca, seleção e análise dos estudos, por meio de diretrizes metodológicas adaptadas do PRISMA-ScR, assegurando maior transparência, rigor e organização no processo de revisão. Essa abordagem é especialmente adequada para temas amplos e multifacetados, como a Lei nº 11.196/2005, permitindo mapear a produção científica existente, identificar tendências analíticas e lacunas de investigação, a fim de organizar o conhecimento acumulado e oferecer uma visão integrada do campo (MATTOS; CESTARI; MOREIRA, 2023).

Do ponto de vista da natureza, trata-se de uma pesquisa básica, orientada à produção de conhecimento com potencial de contribuir para o avanço científico, ainda que sem aplicação imediata (PRODANOV; FREITAS, 2013). Quanto aos objetivos, assume caráter exploratório-descritivo, ao investigar a evolução das abordagens acadêmicas sobre a Lei do Bem e sistematizar os principais eixos temáticos presentes na literatura. A abordagem adotada é quali-quantitativa, combinando análise bibliométrica, de caráter quantitativo, com análise de conteúdo e síntese temática narrativa, de natureza qualitativa.

A etapa de levantamento dos estudos foi realizada de forma estruturada, entre 19 de janeiro de 2026 e 23 de fevereiro de 2026, contemplando as bases de dados da *Scopus, Web of Science, ScienceDirect,* Periódicos CAPES, *Spell e SciELO.* As bases internacionais foram selecionadas por indexarem periódicos de elevado padrão metodológico e impacto científico, com estudos consistentes e modelos analíticos robustos e as bases nacionais foram escolhidas por concentrarem produções científicas sobre legislação brasileira.

A estratégia de busca combinou descritores ao operador booleano "*OR*", aplicados conforme as especificidades de cada base, como detalhado no Quadro 1.

Quadro 1 – Estratégia de busca realizada nas bases de dados.

BASES	PALAVRA-CHAVE	CAMPO DE BUSCA
Scopus	"lei do bem" OR "11.196/2005" OR	*Article Title, Abstract,*
Web of Science	"lei do bem" OR "11.196/2005" OR	*All Fields*
ScienceDirect	"lei do bem" OR "11.196/2005" OR	*Find articles with these terms*
Periódicos da	"lei do bem" OR "11.196/2005" OR	Qualquer campo/Buscar tudo
Spell	lei do bem; 11.196/2005; 11196/2005	Título, Resumo, Palavra-Chave
Scielo	"lei do bem" OR "11.196/2005" OR	Todos os índices

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

A busca inicial resultou em um total de 112 registros. O detalhamento da composição dos resultados iniciais por base de busca é apresentado na Tabela 1.

Tabela 1 - Composição dos resultados iniciais por base de busca.

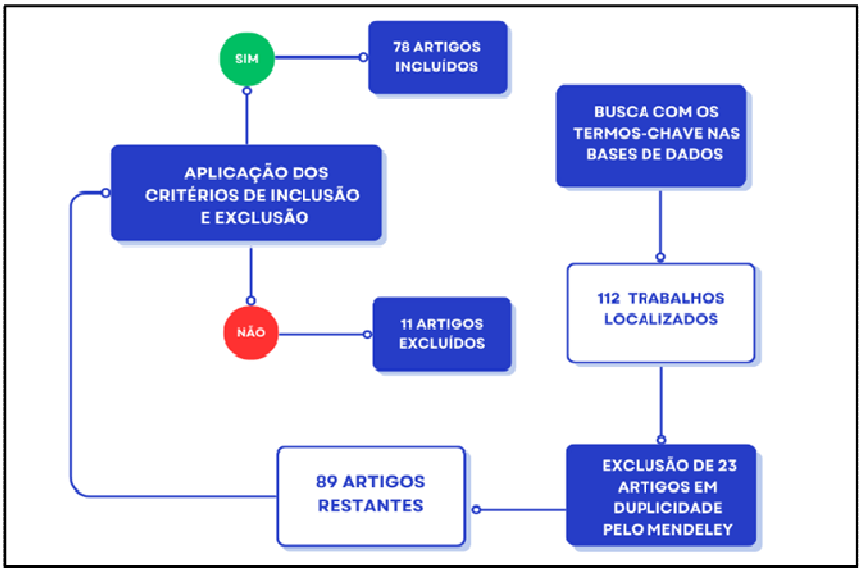
BASE DE DADOS	TOTAL DE ARQUIVOS	PERCENTAGEM (%)
Scopus	12	10,71%
Web of Science	9	8,04%
ScienceDirect	22	19,64%
Periódicos da Capes	63	56,25%
Spell	4	3,57%
Scielo	2	1,79%
GERAL	**112**	**100%**

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

O resultado inicial de 112 registros obtidos com a busca realizada em seis bases de dados distintas, reflete a abrangência da pesquisa. A base Periódicos CAPES apresentou o maior volume de documentos (56,25%), seguida pela *ScienceDirect* (19,64%), *Scopus* (10,71%), *Web of Science* (8,04%), *SPELL* (3,57%) e *SciELO* (1,79%). A expressiva quantidade de registros em bases internacionais demonstra a relevância global do tema, enquanto a presença em bases garante a captura das especificidades gerenciais e jurídicas do cenário brasileiro.

No processo de triagem, com a finalidade de garantir maior abrangência, foram considerados como critério de inclusão os artigos científicos de pesquisa e de revisão, trabalhos publicados em anais de congressos e em capítulos de livros que contemplavam a aplicação, a gestão, os impactos e/ou as barreiras relacionadas à Lei do Bem, sem restrição ao idioma, recorte temporal ou outro meio. Excluíram-se editoriais, notícias, trabalhos com acesso fechado e estudos duplicados identificados entre as bases.

Figura 1 - Fluxograma de seleção da amostra.



Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

Conforme ilustrado na Figura 1, a busca inicial realizada nas seis bases de dados resultou em 112 registros. O gerenciamento das referências e a organização do *corpus* documental foram conduzidos com o auxílio do gerenciador de referências *Mendeley*, ferramenta que possibilitou a identificação de sobreposições decorrentes da indexação simultânea de periódicos em bases nacionais e internacionais. Nessa etapa, foram identificadas e excluídas 23 duplicatas, assegurando que cada estudo fosse contabilizado apenas uma vez na análise.

Após a remoção das duplicidades, os registros remanescentes foram submetidos à etapa de aplicação dos critérios de elegibilidade, culminando em uma amostra final composta por 78 estudos únicos. Esse procedimento evitou o risco de superestimação quantitativa dos resultados e conferiu maior rigor metodológico à revisão.

Os 78 trabalhos selecionados foram submetidos a uma análise de conteúdo com o objetivo de sistematizar os achados. A inclusão de diferentes tipologias documentais permitiu mapear o estado da arte com maior amplitude e profundidade, resultando em uma abordagem multidimensional. A análise dos dados foi conduzida por meio de uma Síntese Temática Narrativa, articulada à Análise de Conteúdo, envolvendo leitura integral dos textos e extração de variáveis qualitativas e quantitativas relacionadas aos objetivos, métodos, recortes e contribuições dos estudos.

Com base na recorrência temática observada na amostra, os estudos foram organizados, de forma indutiva, em nove eixos de correlação, conforme apresentado no Quadro 2.

Quadro 2 – Sistema de categorização temática da amostra.

EIXOS TEMÁTICOS	OBJETIVOS E ABORDAGENS
Eixo 1 - Dinâmica Setorial e Regional	Estudos focados na aplicação da lei em contextos geográficos específicos (estados e regiões) e setores econômicos distintos
Eixo 2 - Gestão, Controle e Processos Internos	Investigações sobre a maturidade organizacional, sistemas de controle gerencial e tomada de decisão para a inovação
Eixo 3 - Arcabouço Jurídico e Institucional	Análises fundamentadas nos princípios do Direito, na Teoria Institucional e em normas de organismos internacionais
Eixo 4 - Eficácia Econômica e Adicionalidade	Avaliações estatísticas sobre o impacto real dos incentivos e a geração de novos investimentos em P&D
Eixo 5 - Propriedade Intelectual e Patentes	Monitoramento de indicadores de patentes e estratégias de proteção tecnológica decorrentes do uso da lei
Eixo 6 - Impacto Financeiro e Contábil	Análises de métricas de desempenho econômico, demonstrações de valor adicionado e planejamento tributário
Eixo 7 - Determinantes e Barreiras de Adoção	Identificação dos fatores críticos e entraves burocráticos que dificultam o acesso das empresas ao benefício
Eixo 8 - Sustentabilidade e Impacto Social	Abordagens que conectam a inovação tecnológica com responsabilidade socioambiental e capital social
Eixo 9 - Avaliação de Políticas Públicas	Trabalhos de caráter transversal que analisam a governança e o papel do Estado no fomento à tecnologia

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

Essa estrutura analítica converte o volume documental em categorias interpretativas consistentes, favorecendo uma compreensão integrada do estado da arte, possibilitando, com a organização em eixos temáticos, a leitura multidimensional das evidências, além de subsidiar a identificação de lacunas relevantes e a proposição de uma agenda de pesquisas futuras.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta seção apresenta a análise e a discussão dos dados obtidos na revisão de escopo. Para organizar o debate de maneira clara e articulada, os 78 estudos que compõem o *corpus* documental foram sistematizados por meio de codificação própria (A1 a A78) e distribuídos em nove eixos temáticos correlacionados. Essa organização funciona como um recurso metodológico que estrutura o panorama da produção científica sobre a Lei do Bem, permitindo superar uma descrição meramente bibliográfica. Assim, favorece uma abordagem analítica, comparativa e integradora das diferentes perspectivas identificadas na literatura.

A disposição em ordem cronológica decrescente, em cada eixo, busca evidenciar a evolução das investigações, mostrando como os fundamentos normativos iniciais dialogam com estudos recentes, que incorporam dimensões complexas de gestão, inovação e sustentabilidade. Assim, o Quadro 3 atua como guia estruturante da análise, servindo de base empírica para sustentar interpretações sobre efetividade, entraves e perspectivas da política pública.

Quadro 3 – Matriz de Síntese da Revisão Sistemática de Literatura (RSL).

EIXO	ITEM	TÍTULO	AUTORIA
Eixo 1: Dinâmica Setorial e Regional	A1	Achieving energy transition and universal electrification in Latin America and the Caribbean: a policy analysis	(Márquez *et al.*, 2025)
	A2	A lei do bem no distrito agroindustrial de Anápolis: potencialidades e desafios para a inovação regional	(Menezes Júnior; Silva; Silva, 2025)
	A3	Electromobility strategy on emerging economies: Beyond selling electric vehicles	(Velho *et al.*, 2024)
	A4	Gastronomy and the development of new food products: Technological prospection	(Souza *et al.*, 2023)
	A5	Lei do Bem como instrumento de incentivo à inovação: reflexões sobre a adesão das empresas do estado do Rio de Janeiro	(Santos; Oliveira; Renault, 2023)
	A6	Indústrias inovadoras e a utilização dos incentivos fiscais à inovação tecnológica da Lei do Bem	(Bornia; Almeida; Silva, 2020)
	A7	Evolution of university-industry collaboration in Brazil from a technology upgrading perspective	(Fischer*;* Schaeffer; Vonortas, 2019)
	A8	Assessing the Impact of Social Forces in International Opportunity Recognition: A Case Study of Brazilian Technology Firms	(Arroteia; Hafeez, 2018)
	A9	Os sistemas nacionais e regionais de inovação e sua influência na interação universidade□empresa em Santa Catarina	(Lemos; Cario, 2017)
	A10	A preliminary analysis of Inovar Auto impact on the Brazilian Automotive Industry R&D activity	(Mello; Marx; Motta, 2016)
	A11	De que forma a Lei do Bem incentiva a atividade inovativa das firmas? Uma reflexão para empresas selecionadas no Rio Grande do Sul	(Padilha; Ruffoni, 2016)
	A12	When “one thing (almost) leads to another”: A micro-level exploration of learning linkages in Brazil's mining industry	(Figueiredo; Piana, 2016)
	A13	Diversificação e especialização produtiva na geração de inovação tecnológica: uma aplicação para os estados brasileiros	(Bahia; Sampaio, 2015)
	A14	A inovação como fator de desenvolvimento regional	(Almeida; Silva; Oliveira, 2014)

	A15	A região norte e as políticas de fomento à pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I): análise da Lei do	(Coelho; Neves, 2014)
	A16	Políticas de incentivo à inovação tecnológica no Brasil: a interação das instituições científicas e tecnológicas com empresas: um estudo do Instituto Nacional de Tecnologia (INT) e das empresas do setor químico	(Oliveira; Borschiver, 2013)
	A17	University–industry collaboration and innovation in emergent and mature industries in new industrialized countries	(Freitas; Marques; Silva, 2013)
	A18	Health Universal Access and Innovation: the Triple Helix Approach in Action	(Carvalho; Morel; Desiderio, 2012)
Eixo 2: Gestão, Controle e Processos Internos	A19	The use of management information in process innovation: effects of knowledge conversion by socialization	(Beuren; Meurer; Pazetto, 2025)
	A20	Estruturação de processos de gestão de projetos de inovação tecnológica com uso de incentivos fiscais	(Silva; Magalhães; Morano, 2024)
	A21	Value Generation in Software Projects: Lessons Learned from the Reimplementation of Design Thinking in a Technological Development Institute	(Meireles *et al.*, 2024)
	A22	Influência do uso de informações dos sistemas de controle gerencial nas habilidades de conversão de conhecimento	(Mannes; Beuren, 2022)
	A23	Effects of using static and flexible budgets on process and product innovation	(Mannes; Frare; Beuren, 2021)
	A24	A evidenciação da inovação organizacional no planejamento estratégico das empresas do setor elétrico	(Oliveira *et al.*, 2020)
	A25	Reflexos da gestão organizacional no uso de incentivos fiscais de inovação tecnológica	(Zonatto *et al.*, 2019)
	A26	A functions approach to improve sectoral technology roadmaps	(Haddad; Maldonado, 2017)
	A27	Benefícios fiscais para incentivo à inovação tecnológica no Brasil: informação para uso no processo de tomada de decisão em indústrias de grande porte	(Piontkewicz; Freitas; Biz, 2017)
	A28	A tomada de decisão e os impactos financeiros a partir do aproveitamento de incentivos fiscais	(Worma; Bergamin, 2016)
	A29	Evidenciação da Inovação no Relatório da Administração: uma Análise na Perspectiva da Lei do Bem (Lei nº. 11.196/2005)	(Lopes; Beuren, 2016)
	A30	Proposta de um modelo de identificação da inovação tecnológica para a utilização de incentivos fiscais: um estudo em uma indústria de eletroeletrônicos sul brasileira	(Almeida; Junges, 2016)
	A31	A gestão do sistema de proteção à propriedade intelectual no Brasil é consistente?	(Matias-Pereira, 2011)
Eixo 3: Arcabouço Jurídico e Institucional	A32	A problemática da inovação tecnológica no setor produtivo brasileiro e a política de incentivo fiscal da Lei do Bem: um olhar a partir da obra de Caio Prado Júnior	(Andrade; Menezes, 2024)
	A33	Cobrança indevida de PIS/COFINS de cigarros no regime substituição tributária sob a ótica do RE 596.832 (Tema 288, STF)	(Brizola; Ambrosio, 2024)
	A34	Inovação Tecnológica Empresarial e Políticas Públicas Fiscais no Brasil	(Nogueira; Oliveira, 2023)

	A35	Institucionalismo & Inovação: a Lei do Bem como instituição extrativista no ecossistema inovativo nacional	(Scaff; Pereira, 2021)
	A36	Ordem econômica & inovação: a Lei do Bem e os princípios da livre concorrência e do tratamento favorecido às empresas nacionais de pequeno porte	(Scaff; Pereira, 2021)
	A37	Incentivo tributário à inovação no Brasil: recomendações e melhorias frente às diretrizes da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico e Organização Mundial do Comércio	(D'Avila, 2020)
	A38	A política pública de inovação tecnológica e a cooperação universidade-empresa: revisitando a teoria da agência	(Caminha; Memória, 2018)
	A39	Os incentivos fiscais no ramo tecnológico como instrumento do desenvolvimento nacional	(Buffon; Jacob, 2017)
	A40	Extrafiscalidade e incentivos à inovação tecnológica	(Laks, 2016)
	A41	Vaccine R&D in Brazil: The effectiveness of push and pull regulations	(Veiga *et al.*, 2016)
	A42	R&D in Focus - Using and Improving Brazilian Framework in Light of the Alien Experience	(Cavalcanti; Gaspar, 2015)
	A43	A inovação tecnológica no Brasil: os avanços no marco regulatório e a gestão dos fundos setoriais	(Moreira *et al.*, 2007)
Eixo 4: Eficácia Econômica e Adicionalidade	A44	Incentivos para inovação tecnológica: um estudo da política pública de renúncia fiscal no Brasil	(Porto; Memória, 2019)
	A45	Economic globalization, entrepreneurship, and development	(Coulibaly; Erbao; Mekongcho, 2018)
	A46	Impactos dos incentivos fiscais na inovação de grandes empresas: uma avaliação a partir da pesquisa Sondagem de Inovação da ABDI	(Santos; Rapini; Mendes, 2016)
	A47	Lei do Bem: o incentivo da inovação tecnológica como aumento da competitividade global do Brasil	(Zittei *et al.*, 2016)
	A48	Análise econométrica dos dispêndios em Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) no Brasil	(Oliveira *et al.*, 2015)
	A49	Effectiveness evaluation of public policy incentive R&D in technological innovation in Brazil: a focus on law of the	(Zanghelini; Andrade, 2015)
	A50	Há endogeneidade no acesso às políticas de desenvolvimento tecnológico e exportador no Brasil?	(Zucoloto *et al.*, 2013)
	A51	Política nacional de ciência, tecnologia e inovação: avaliação do marco regulatório e seus impactos nos indicadores de inovacão	(Mendes, De Oliveira; Pinheiro, 2013)
Eixo 5: Propriedade Intelectual e Patentes	A52	Development and trends of pharmaceutical patents derived from kalanchoe species: a comprehensive review	(Alves *et al.*, 2025)
	A53	Análisis de los incentivos fiscales brasileños a la innovación y los datos de patentes: un enfoque de modelo de principal-agente	(Clemente, 2021)
	A54	The triple helix model and intellectual property: The case of the University of Brasilia	(Borges *et al.*, 2020)
	A55	Academic patenting in Brazil: the role of academic inventors in PCT patent applications – 2002-2012	(Silva *et al.*, 2017)

	A56	Implications of geographical indications: a comprehensive review of Papers listed in CAPES' jornal database	(Medeiros; Passadora; Passador, 2016)
	A57	Análise das patentes depositadas por universidades federais brasileiras no banco de dados do Espacenet	(Melo *et al.*, 2014)
	A58	Fragilidades e perspectivas do sistema de proteção à propriedade intelectual no Brasil	(Matias-Pereira, 2010)
Eixo 6: Impacto Financeiro e Contábil	A59	Contribuição para análise do valor agregado proveniente dos incentivos fiscais da Lei do Bem	(Silva; Galegale; Ribeiro, 2024)
	A60	Reflections of innovation incentive policies on the financial performance of automotive companies listed in B3	(Lima *et al.*, 2022)
	A61	Impactos dos principais benefícios fiscais previstos na Lei do Bem (Lei nº 11.196/2005) nos indicadores EBIT, EBITDA E LALUR	(Brugnera; Damke, 2021)
	A62	Financiamento da inovação no Brasil: uma abordagem sobre a influência dos incentivos fiscais na atividade inovativa industrial	(Souza; Santos; Rocha, 2018)
	A63	A public policy based on fiscal incentives for supporting companies to invest in innovation projects – the Law of Good	(Magro; Francisco, 2017)
	A64	A utilização de incentivos fiscais como estratégia de financiamento da inovação: uma análise econômico-financeira com empresas beneficiadas	(Eckert; Bertolla, 2017)
	A65	Reflexos da utilização de incentivos fiscais à inovação tecnológica da Lei do Bem no resultado econômico das empresas catarinenses	(Almeida; Pereira; Kock, 2017)
	A66	Contribuição da Lei do Bem para o planejamento tributário de uma unidade empresarial e a percepção dos contadores do Estado do Espírito Santo sobre incentivos fiscais e planejamento tributário	(Marques; Leal; Rody, 2016)
Eixo 7: Determinantes e Barreiras de Adoção	A67	Assessing the impacts of innovation barriers: a qualitative analysis of Brazil's natural resources industry	(Cabral; Sousa; Canêdo-Pinheiro, 2020)
	A68	Razão da não utilização de Incentivos Fiscais à Inovação Tecnológica da Lei do Bem por Empresas Brasileiras	(Oliveira; Zaba; Forte,
	A69	Lei da Inovação Tecnológica e Lei do Bem: qual o papel efetivo de fomento à inovação e à pesquisa no Brasil?	(Mario *et al.*, 2016)
	A70	Tax Incentives for Innovation in Brazil: Obstacles for Use of the Good Law (Law 11.196/2005)	(Zimmer *et al.*, 2016)
	A71	Barreiras no Processo de Transferência Tecnológica entre Agências de Inovação e Empresas: observações em instituições públicas e privadas	(Desidério; Zilber, 2014)
	A72	Tax Incentives for Technological Business Innovation in Brazil: The Use of the Good Law - Lei do Bem (Law No. 11196/2005)	(Fabiani; Sbragia, 2014)
Eixo 8: Sustentabilidade e Impacto Social	A73	A política de inovação como instrumento de redução das desigualdades regionais no Brasil	(Memória; Caminha, 2021)
	A74	Effects of innovation and social capital on economic growth: empirical evidence for the brazilian case	(Pio, 2020)

	A75	A Destinação dos Resíduos Sólidos das Empresas Inovadoras: a Lei do Bem e o seu papel na sustentabilidade ambiental e social	(Gomes; Carminha; Memória, 2019)
Eixo 9: Avaliação de Políticas Públicas	A76	A importância da Lei do Bem para o desenvolvimento científico, tecnológico e econômico do Brasil	(Carneiro; Carneiro Neto; Oliveira Júnior, 2024)
	A77	Lei do bem: um panorama a partir da caracterização das empresas beneficiárias localizadas na região metropolitana de Ribeirão Preto	(Souza, 2020)
	A78	Avaliação Governamental dos Resultados da Lei do Bem	(Cunha; Mário, 2018)

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

A análise dos estudos mapeados revela um campo científico em estágio avançado de maturação, consolidado por duas décadas de vigência da Lei nº 11.196/2005. O crescimento exponencial do interesse acadêmico a partir de 2015 pode ser explicado tanto pelo tempo necessário à formação de registros mais robustos quanto pela maior disponibilidade de dados secundários do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e da Receita Federal.

Dos 78 artigos mapeados, a concentração temática mais expressiva recai sobre o eixo de dinâmica setorial e regional (23,08%), seguido por gestão, controle e processos internos (16,67%) e arcabouço jurídico e institucional (15,38%). Temas como eficácia econômica e adicionalidade e impactos financeiros e contábeis (ambos com 10,26%) demonstram interesse consistente, ainda que incipiente, na mensuração dos resultados gerados pelos incentivos. Propriedade intelectual e patentes (8,97%) e determinantes e barreiras de adoção (7,69%) surgem com menor representatividade, indicando espaço para aprofundamento. Os menores percentuais concentram-se nos eixos de sustentabilidade, impactos sociais e avaliação de políticas públicas (3,85% cada), revelando lacunas relevantes na produção científica no que se refere a efeitos socioambientais e à efetividade sistêmica da política.

Quanto ao perfil metodológico, a produção científica apresenta uma dualidade complementar, tendo de um lado, abordagens quantitativas baseadas em modelos econométricos e simulações e de outro, estudos qualitativos exploratórios que aprofundam as barreiras operacionais enfrentadas pelos gestores.

Ao analisar o primeiro eixo, observa-se que a inovação não ocorre de forma isolada, mas resulta da maturidade dos sistemas locais e das especificidades setoriais. Os estudos analisados indicam que o desenvolvimento regional é influenciado pela inovação, embora persistam assimetrias entre os estados brasileiros, condicionadas pela diversificação e especialização produtiva prévia (BAHIA; SAMPAIO, 2015). Na Região Norte, os incentivos ainda se concentram em polos industriais, com baixa capilaridade. Em contraste, as regiões Sudeste e Sul apresentam maior maturidade de seus sistemas de inovação, sustentada pela

evolução cooperativa entre indústrias e universidades (FISCHER; RÜCKER; VONORTAS, 2019; LEMOS; CARIO, 2017; COELHO; NEVES, 2014). No plano setorial, estudos sobre transição energética e eletromobilidade reforçam o papel do fomento estatal (MÁRQUEZ *et al*., 2025; VELHO *et al*., 2024). Ainda assim, embora os incentivos sejam relevantes, a decisão de inovar depende das dinâmicas de mercado e da articulação entre governo, ciência e setor produtivo, o que condiciona o potencial inovador à superação de entraves burocráticos (MENEZES JÚNIOR; SILVA; SILVA, 2025; PADILHA; RUFFONI, 2016; CARVALHO; MOREL; DESIDERIO, 2012).

O segundo eixo indica que a efetividade da Lei do Bem nas organizações está ligada à consistência administrativa e informacional, nas quais o uso dos incentivos exige planejamento estratégico, capacidade gerencial e uso qualificado do conhecimento. As práticas administrativas refletem a habilidade de absorver e aplicar estímulos governamentais, enquanto o uso estratégico da informação favorece o monitoramento de resultados e orienta ações inovadoras, contribuindo para a conversão do conhecimento (BEUREN; MEURER; PAZETTO, 2025; MANNES; BEUREN, 2022; ZONATTO *et al*., 2019). Assim, a folga organizacional atua como mediadora ao direcionar recursos para inovação, reforçando a importância de roteiros tecnológicos planejados (MANNES; BEUREN, 2022; HADDAD; MALDONADO, 2017). Informações precisas sustentam decisões de investimento, condicionadas à segurança jurídica, sobretudo na proteção da propriedade intelectual (MATIAS-PEREIRA, 2011; PIONTKEWICZ; FREITAS; BIZ, 2017).

O terceiro eixo revela que o marco regulatório da inovação no Brasil se fundamenta na extrafiscalidade como instrumento de desenvolvimento, utilizando o sistema tributário para induzir comportamentos inovadores em consonância com os princípios da ordem econômica (BUFFON; JACOB, 2017; LAKS, 2016). A literatura destaca a necessidade de alinhar o modelo às diretrizes da OCDE, a fim de evitar conflitos na Organização Mundial do Comércio (D'AVILA, 2020), reconhecendo os incentivos fiscais como pilares da política de inovação (NOGUEIRA; OLIVEIRA, 2023). Contudo, persistem limitações, tanto na compreensão do papel do Estado pelos agentes envolvidos (MOREIRA *et al*., 2007) quanto no desenho normativo da própria legislação, que pode assumir caráter excludente ao restringir o acesso às empresas tributadas pelo lucro real, tensionando princípios como o da livre concorrência (SCAFF; PEREIRA, 2021a; 2021b). Essas restrições são, por sua vez, associadas a condicionantes históricos da economia brasileira, marcada pela predominância de atividades primário-exportadoras (ANDRADE; MENEZES, 2024). No plano setorial, embora haja evidências de avanços, como no segmento de vacinas (VEIGA *et al*., 2016), ainda se

observam inseguranças jurídicas tributárias (BRIZOLA; AMBROSIO, 2024) e desafios persistentes na articulação entre universidades e empresas (CAMINHA; MEMORIA, 2018).

O quarto eixo aponta um impacto positivo da Lei do Bem na dinâmica tecnológica, indicando que o incentivo fiscal amplia investimentos privados em P&D, embora existam nuances quanto à adicionalidade efetiva. Observa-se uma evolução favorável dos dispêndios privados após a implementação da lei, sendo evidenciados, por modelos econométricos, a relação entre investimentos em inovação, crescimento do PIB e aumento de patentes (OLIVEIRA *et al*., 2015; MENDES; DE OLIVEIRA; PINHEIRO, 2013). No segmento farmacêutico, Zanghelini e Andrade (2015) registram crescimento significativo na adesão ao programa e Porto e Memória (2019) demonstram que inovar depende não apenas do benefício, mas de fatores estruturais como porte da empresa e capital humano qualificado. Zucoloto *et al*. (2013) apontam o problema da endogeneidade, sugerindo que parte dos incentivos pode beneficiar empresas que já investiriam em pesquisa independentemente da política, evidenciando possível concentração em empresas já estruturadas.

O quinto eixo evidencia que a proteção do conhecimento é elemento central para a consolidação do sistema de inovação, embora ainda persistam limitações estruturais. Após a implementação da Lei da Inovação e da Lei do Bem, universidades federais ampliaram o número e a diversidade de patentes, viabilizando a transformação do conhecimento acadêmico em ativos econômicos ao articular governo, empresas e instituições científicas (BORGES *et al*., 2020; MELO *et al*., 2014), contudo, a gestão de marcas e patentes ainda carece de consistência e infraestrutura. A Lei do Bem não vincula adequadamente os incentivos ao registro efetivo de patentes, o que pode comprometer a apropriação dos resultados inovadores, demonstrando a importância da proteção patentária para garantir retorno econômico e segurança jurídica às atividades empresariais (ALVES *et al*., 2025; CLEMENTE, 2021; MATIAS-PEREIRA, 2010).

O sexto eixo evidencia que os efeitos financeiros e contábeis da Lei do Bem não são homogêneos. A desoneração tributária altera a estrutura de custos e o lucro tributável, mas seus reflexos sobre a geração de riqueza nem sempre são imediatos. Brugnera e Damke (2021) demonstram que mecanismos como depreciação integral e amortização acelerada impactam diretamente o EBIT, enquanto Silva, Galegale e Ribeiro (2024) não identificam efeitos estatisticamente significativos sobre o valor agregado bruto. Eckert e Bertolla (2017) e Almeida, Pereira e Kock (2017) apontam crescimento no faturamento e na lucratividade de empresas que utilizam os incentivos de forma contínua. Souza, Santos e Rocha (2018) indicam que os incentivos reduzem o custo de capital, funcionando como alternativa em

contextos de crédito restrito. Marques, Leal e Rody (2016) ressaltam o papel estratégico dos profissionais da contabilidade como essenciais ao uso adequado dos benefícios. Os estudos indicam que o impacto financeiro da Lei do Bem é real, mas é dependente da gestão contábil e tributária.

O sétimo eixo mostra que, embora a Lei do Bem seja robusta, seu uso ainda é limitado. Há um descompasso entre seu potencial e a aplicação prática, com poucas empresas beneficiadas, custos elevados e incertezas sobre o retorno que dificultam inovações mais complexas (CABRAL; SOUSA; CANEDO-PINHEIRO, 2020; ZIMMER *et al*., 2016; FABIANI; SBRAGIA, 2014). A exigência de enquadramento no regime de lucro real exclui empresas em prejuízo fiscal ou com limitações tributárias (OLIVEIRA; ZABA; FORTE, 2017; MARIO *et al*., 2016). Zimmer *et al*. (2016) destacam ainda a dificuldade das empresas em distinguir inovação tecnológica de melhorias incrementais, comprometendo o enquadramento adequado dos projetos. Desidério e Zilber (2014) apontam dificuldades na transferência de conhecimento entre universidades e empresas, marcadas por diferenças culturais e falhas de comunicação, reforçando a necessidade de simplificar processos e ampliar a compreensão sobre enquadramento e benefícios da política.

O oitavo eixo aponta que a Lei do Bem ultrapassa a dimensão estritamente econômica, podendo atuar como instrumento de transformação social. Memória e Caminha (2021) defendem que o fomento à tecnologia deve contribuir para a redução das desigualdades, evitando que os benefícios se concentrem em regiões já consolidadas. Pio (2020), por sua vez, demonstra que o impacto da inovação no desempenho econômico está associado à existência de redes colaborativas e à confiança entre os agentes, indicando que o avanço tecnológico isolado não garante crescimento sustentável. Gomes, Caminha e Memória (2019) introduzem a dimensão ambiental ao discutir a relação entre inovação e gestão de resíduos sólidos, sugerindo que os incentivos podem ser alinhados à sustentabilidade e a práticas socialmente inclusivas.

O nono eixo sintetiza a trajetória e a efetividade da Lei do Bem, destacando a sua relevância ao apontar ampla participação empresarial, muitos projetos e geração de investimentos e empregos qualificados, indicando que a política pode impulsionar o desenvolvimento local ao estimular P&D e fortalecer a interação entre empresas e instituições científicas (CARNEIRO; CARNEIRO NETO; OLIVEIRA JÚNIOR, 2024; SOUZA, 2020). Apesar disso, Cunha e Mário (2018) observam que o monitoramento ainda prioriza o volume investido, sem acompanhar resultados tecnológicos, indicando a necessidade de substituir

indicadores financeiros por métricas que mensurem maturidade tecnológica e efeitos reais da inovação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do mapeamento da literatura realizado nesta revisão de escopo, observa-se que a Lei do Bem se consolidou como um importante instrumento de estímulo à inovação no Brasil, contribuindo para a ampliação dos investimentos privados em pesquisa e desenvolvimento. No entanto, sua efetividade não ocorre de maneira homogênea, estando condicionada a fatores estruturais, organizacionais e institucionais.

Os estudos analisados indicam que empresas com maior maturidade gerencial e capacidade técnica tendem a se beneficiar mais dos incentivos, o que contribui para a concentração dos resultados em determinados setores e regiões. Além disso, a literatura evidencia que barreiras burocráticas, exigências tributárias e limitações conceituais ainda restringem o acesso à política, especialmente para empresas de menor porte.

Outro aspecto relevante refere-se à predominância de avaliações centradas no volume de investimentos, em detrimento da mensuração de resultados tecnológicos, econômicos e sociais. Esse cenário limita a compreensão mais ampla dos impactos da política e reforça a necessidade de aprimoramento dos mecanismos de monitoramento e avaliação.

Por fim, a revisão evidencia lacunas importantes, especialmente no que se refere aos impactos socioambientais e à contribuição da política para a redução de desigualdades regionais. Esses achados indicam a necessidade de avanço tanto na formulação de políticas públicas quanto no desenvolvimento de novas agendas de pesquisa, capazes de aprofundar a análise sobre a efetividade e a abrangência da Lei do Bem no sistema nacional de inovação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, D. M.; JUNGES, I. Proposta de um modelo de identificação da inovação tecnológica para a utilização de incentivos fiscais: um estudo em uma indústria de eletroeletrônicos sul brasileira. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, [S. l.], v. 15, n. 44, p. p. 49–59, 2016. Disponível em: https://revista.crcsc.org.br/CRCSC/article/view/2149. Acesso em: 20 fev. 2026.

ALMEIDA, D. M.; PEREIRA, I. M.; KOCK, D. Reflexos da utilização de incentivos fiscais à inovação tecnológica da Lei do Bem no resultado econômico das empresas catarinenses. **Qualitas Revista Eletrônica**, [s. l.], v. 18, n. 3, p. 113-134, set./dez. 2017. Disponível em: http://dx.doi.org/10.18391/req.v18i3.3360. Acesso em: 22 jan. 2026.

ALMEIDA, M. L; SILVA, J. L. G; OLIVEIRA, E. A. A. Q. A inovação como fator de desenvolvimento regional. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 10, n. 3, p. 314-350, set. 2014. Disponível em: https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/issue/view/38. Acesso em: 22 fev. 2026.

ALVES, M. C. *et al*. Development and trends of pharmaceutical patents derived from kalanchoe species: a comprehensive review. **South African Journal of Botany**, [s. l.], v. 185, p. 631-645, 2025. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0254629925004879?via%3Dihub. Acesso em: 19 jan. 2026.

ANDRADE, M. A. O.; MENEZES, D. F. N. A problemática da inovação tecnológica no setor produtivo brasileiro e a política de incentivo fiscal da Lei do Bem: um olhar a partir da obra de Caio Prado Júnior. **Novos Estudos Jurídicos**, Itajaí (SC), v. 29, n. 2, p. 373–395, 2024. Disponível em: https://periodicos.univali.br/index.php/nej/article/view/19112/11937. Acesso em: 19 jan. 2026.

ARROTEIA, N.; HAFEEZ, K. Assessing the impact of social forces in international opportunity recognition: a case study of Brazilian technology firms. In: HADDOUD, Mohamed Yacine; JONES, Paul; ONJEWU, Adah-Kole Emmanuel (ed.). **International Entrepreneurship in Emerging Markets**: nature, drivers, barriers and determinants. [S. l.]: Emerald Publishing Limited, 2019. p. 51-79. (Contemporary Issues in Entrepreneurship Research, v. 10). Disponível em: https://doi.org/10.1108/S2040-724620190000010006. Acesso em: 22 fev. 2026.

BAHIA, D. S.; SAMPAIO, A. V. Diversificação e especialização produtiva na geração de inovação tecnológica: uma aplicação para os estados brasileiros. **RAI Revista de Administração e Inovação**, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 127-149, jul./set. 2015. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/rai/article/view/101348. Acesso em: 19 jan. 2026.

BEUREN, I. M.; MEURER, S. M.; PAZETTO, C. F. The use of management information in process innovation: effects of knowledge conversion by socialization. **Business Process Management Journal**, [s. l.], v. 31, n. 7, p. 2956-2975, 7 jan. 2025. Disponível em: https://www-sciencedirect-com.ez187.periodicos.capes.gov.br/org/science/article/abs/pii/S146371542500024X. Acesso em: 19 jan. 2026.

BORGES, P. A. *et al*. The triple helix model and intellectual property: The case of the University of Brasilia. **World Patent Information**, [s. l.], v. 60, 101945, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.wpi.2019.101945. Acesso em: 19 fev. 2026.

BORNIA, A. C.; ALMEIDA, D. M.; SILVA, E. F. Indústrias inovadoras e a utilização dos incentivos fiscais à inovação tecnológica da Lei do Bem. **Contabilidad y Negocios**, Lima, v. 15, n. 29, p. 107-126, 2020. Disponível em: https://revistas.pucp.edu.pe/index.php/contabilidadyNegocios/article/view/22568/21756. Acesso em: 22 jan. 2026.

BRIZOLA, L.; AMBROSIO, F. A. R. Cobrança indevida de PIS/COFINS de cigarros no regime substituição tributária sob a ótica do RE 596.832 (Tema 288, STF). **Academia de**

Direito, [S. l.], v. 6, p. 1849–1866, 2024. Disponível em: https://www.periodicos.unc.br/index.php/acaddir/article/view/4472. Acesso em: 20 fev. 2026.

BRUGNERA, T. L.; DAMKE, E. J. Impactos dos principais benefícios fiscais previstos na Lei do Bem (LEI Nº 11.196/2005) nos indicadores EBIT, EBITDA E LALUR. **Revista UNEMAT de Contabilidade**, [S. l.], v. 10, n. 20, p. 1–14, 2021. Disponível em: https://periodicos.unemat.br/index.php/ruc/article/view/2821. Acesso em: 22 jan. 2026.

BUFFON, M.; JACOB, L. R. Os incentivos fiscais no ramo tecnológico como instrumento do desenvolvimento nacional. **Direito e Desenvolvimento**, João Pessoa, v. 6, n. 2, p. 121-144, jun. 2017. Disponível em: https://periodicos.unipe.br/index.php/direitoedesenvolvimento/article/view/292/274. Acesso em: 20 jan. 2026.

CABRAL, B. P.; SOUSA, F. L; PINHEIRO, M. C. Assessing the impacts of innovation barriers: a qualitative analysis of Brazil's natural resources industry. **Resources Policy**, [s. l.], v. 68, 101763, out. 2020. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0301420718303817?via%3Dihub. Acesso em: 19 jan. 2026.

CAMINHA, U.; MEMORIA, C. V. A política pública de inovação tecnológica e a cooperação universidade-empresa: revisitando a teoria da agência. **Revista do Direito**, [S. l.], n. 56, p. 3–16, 2018. Disponível em: https://seer.unisc.br/index.php/direito/article/view/11626. Acesso em: 20 fev. 2026.

CARNEIRO, E. C. S.; CARNEIRO NETO, J. A.; OLIVEIRA JÚNIOR, A. M. A importância da Lei do Bem para o desenvolvimento científico, tecnológico e econômico do Brasil. **Revista Baru - Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos**, Goiânia, Brasil, v. 10, n. 1, p. 1–21, 2024. Disponível em: https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/baru/article/view/13550. Acesso em: 20 fev. 2026.

CARVALHO, F. P.; MOREL, C. M.; DESIDERIO, M. Health Universal Access and Innovation: the Triple Helix Approach in Action. **Procedia - Social and Behavioral Sciences**, [s. l.], v. 52, p. 236-245, 2012. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1877042812039158. Acesso em: 19 fev. 2026.

CAVALCANTI, V.; GASPAR, F. R&D in Focus - Using and Improving Brazilian Framework in Light of the Alien Experience. In: **OTC BRASIL**, 2015, Rio de Janeiro. Anais [...]. Rio de Janeiro: Offshore Technology Conference, 2015. Paper OTC-26234-MS. Disponível em: https://onepetro.org/OTCBRASIL/proceedings-abstract/15OTCB/15OTCB/D021S018R001/83987. Acesso em: 19 fev. 2026.

CLEMENTE, F. Análisis de los incentivos fiscales brasileños a la innovación y los datos de patentes: un enfoque de modelo de principal-agente. **Revista Finanzas y Política Económica**, Bogotá, v. 13, n. 2, p. 403-437, jul./dic. 2021. Disponível em: https://revfinypolecon.ucatolica.edu.co/article/view/3424. Acesso em: 19 jan. 2026.

COELHO, M. I. B. A.; NEVES, A. C. O. A região norte e as políticas de fomento à pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I): análise da Lei do Bem. **Revista GEINTEC**, São

Cristóvão, v. 4, n. 3, p. 1209-1227, 2014. Disponível em: https://revistageintec.net/old/wp-content/uploads/2022/03/p-1209-1227.pdf. Acesso em: 20 fev. 2026.

COULIBALY, S. K.; ERBAO, C.; MEKONGCHO, T. M. Economic globalization, entrepreneurship, and development. **Technological Forecasting & Social Change**, [s. l.], v. 127, p. 271-280, fev. 2018. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0040162516305996?via%3Dihub. Acesso em: 20 jan. 2026.

CUNHA, J. A. R.; MÁRIO, P. C. Avaliação Governamental dos Resultados da Lei do Bem. **Revista Economia & Gestão**, Belo Horizonte, v. 18, n. 50, p. 97–114, 2018. DOI: 10.5752/P.1984-6606.2018v18n50p97-114. Disponível em: https://periodicos.pucminas.br/economiaegestao/article/view/19035. Acesso em: 20 fev. 2026.

D'ÁVILA, L. S. Incentivo tributário à inovação no Brasil: recomendações e melhorias frente às diretrizes da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico e Organização Mundial do Comércio. **Boletim de Economia e Política Internacional**, Brasília, n. 28, p. 71-86, set./dez. 2020. Disponível em: http://dx.doi.org/10.38116/bepi28art4. Acesso em: 20 fev. 2026.

DESIDÉRIO, P. H. M.; ZILBER, M. A. Barreiras no Processo de Transferência Tecnológica entre Agências de Inovação e Empresas: observações em universidades públicas e privadas. **Revista Gestão & Tecnologia**, Pedro Leopoldo, v. 14, n. 2, p. 101-126, maio/ago. 2014. Disponível em: https://revistagt.fpl.emnuvens.com.br/get/article/view/650. Acesso em: 20 jan. 2026.

ECKERT, A.; BERTOLLA, F. L. A utilização de incentivos fiscais como estratégia de financiamento da inovação: uma análise econômico-financeira com empresas beneficiadas. **Revista UNEMAT de Contabilidade**, [S. l.], v. 5, n. 10, 2017. Disponível em: https://periodicos.unemat.br/index.php/ruc/article/view/1067. Acesso em: 20 fev. 2026.

FABIANI, S.; SBRAGIA, R. Tax Incentives for Technological Business Innovation in Brazil: The Use of the Good Law - Lei do Bem (Law No. 11196/2005). **Journal of Technology Management & Innovation**, Santiago, v. 9, n. 4, p. 53-63, nov. 2014. Disponível em: http://dx.doi.org/10.4067/S0718-27242014000400004. Acesso em: 19 jan. 2026.

FIGUEIREDO, P. N.; PIANA, J. Innovative capability building and the role of regional innovation systems in the natural resources sector: Evidence from the iron ore mining industry in Brazil. **Resources Policy**, [s. l.], v. 49, p. 405-414, 2016. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.resourpol.2016.07.008. Acesso em: 19 fev. 2026.

FISCHER, B. B.; SCHAEFFER, P. R.; VONORTAS, N. S. Evolution of university-industry collaboration in Brazil from a technology upgrading perspective. **Technological Forecasting & Social Change**, [s. l.], v. 145, p. 330-340, ago. 2019. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0040162517312751?via%3Dihub. Acesso em: 19 jan. 2026.

FREITAS, I. M. B.; MARQUES, R. A.; SILVA, E. M. P. University–industry collaboration and innovation in emergent and mature industries in new industrialized countries. **Research Policy**, [s. l.], v. 42, n. 2, p. 443-453, mar. 2013. Disponível em:

https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0048733312001552?via%3Dihub. Acesso em: 19 jan. 2026.

GALVÃO, M. C. B.; RICARTE, I. L. M. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação. **Logeion: Filosofia da Informação**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 57-73, set. 2019/fev. 2020.

GOMES, A. V. M.; CARMINHA, U.; MEMÓRIA, C. V. A destinação dos resíduos sólidos das empresas inovadoras: a Lei do Bem e o seu papel na sustentabilidade ambiental e social. **Seqüência (Florianópolis)**, Florianópolis, n. 82, p. 120-145, ago. 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/seq/a/q7qC8rSxdqcVsGvPXpZxpQC/?lang=pt. Acesso em: 19 jan. 2026.

HADDAD, C. R.; MALDONADO, M. U. Analyzing the Brazilian innovation system: a system dynamics approach. **Technological Forecasting & Social Change**, [s. l.], v. 115, p. 251-260, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.techfore.2016.08.006. Acesso em: 19 fev. 2026.

LAKS, L. R. Extrafiscalidade e incentivos à inovação tecnológica. **Revista do Direito Público**, Londrina, v. 11, n. 2, p. 230-259, ago. 2016. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/direitopub/article/view/24340. Acesso em: 22 jan. 2026.

LEMOS, D. C.; CARIO, S. A. F. Os sistemas nacional e regional de inovação e sua influência na interação universidade-empresa em Santa Catarina. **REGE Revista de Gestão**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 45-57, jan./mar. 2017. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1809227616306464?via%3Dihub. Acesso em: 19 jan. 2026.

LIMA, J. A *et al*. Reflections of innovation incentive policies on the financial performance of automotive companies listed in B3. **Brazilian Journal of Management and Innovation (Revista Brasileira de Gestão e Inovação)**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 22–46, 2022. Disponível em: https://sou.ucs.br/etc/revistas/index.php/RBGI/article/view/10503. Acesso em: 20 fev. 2026.

LOPES, I. F.; BEUREN, I. M. Evidenciação da inovação no relatório da administração: uma análise na perspectiva da Lei do Bem (Lei nº. 11.196/2005). **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 6, n. 1, p. 109-127, jan./jun. 2016. Disponível em: http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/pgc. Acesso em: 22 jan. 2026.

MAGRO, D.; FRANCISCO, R. P. A public policy based on fiscal incentives for supporting companies to invest in innovation projects – the Law of Good. **Journal of Innovation Management**, Porto, v. 5, n. 1, p. 14-21, 2017. Disponível em: https://journalsojs3.fe.up.pt/index.php/jim/article/view/2183-0606_005.001_0003. Acesso em: 3 mar. 2026.

MANNES, S.; BEUREN, I. M. Influência do uso de informações dos sistemas de controle gerencial nas habilidades de conversão de conhecimento. **Contabilidade Vista & Revista**, [S. l.], v. 33, n. 2, p. 1–25, 2022. Disponível em:

https://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/6422. Acesso em: 20 fev. 2026.

MANNES, S.; FRARE, A. B.; BEUREN, I. M. Effects of using static and flexible budgets on process and product innovation. **Revista de Contabilidade e Organizações**, Ribeirão Preto, v. 15, e180829, 2021. Disponível em: https://www.redalyc.org/journal/2352/235267639021/235267639021.pdf. Acesso em: 19 jan. 2026.

MARIO, P. C. *et al*. Lei da inovação tecnológica e lei do bem: qual o papel efetivo de fomento à inovação e à pesquisa no Brasil? In: **CONGRESSO DE ADMINISTRAÇÃO, SOCIEDADE E INOVAÇÃO**, 2016, Juiz de Fora. Anais [...]. Juiz de Fora: CASI, 2016. Disponível em: https://www.even3.com.br/anais/casi/36751-lei-da-inovacao-tecnologica-e-lei-do-bem--qual-o-papel-efetivo-de-fomento-a-inovacao-e-a-pesquisa-no-brasil/. Acesso em: 2 mar. 2026.

MARQUES, B. A.; LEAL, D.; RODY, P. H. A. Contribuição da Lei do Bem para o planejamento tributário de uma unidade empresarial e a percepção dos contadores do estado do Espírito Santo sobre incentivos fiscais e planejamento tributário. **Revista Ambiente Contábil**, Natal, v. 8, n. 2, p. 40-58, jul./dez. 2016. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/ambiente/article/view/7789. Acesso em: 20 fev. 2026.

MÁRQUEZ, A. J. C. *et al*. Achieving energy transition and universal electrification in Latin America and the Caribbean: a policy analysis. **Energy Research & Social Science**, [s. l.], v. 130, 104435, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.erss.2025.104435. Acesso em: 19 fev. 2026.

MATIAS-PEREIRA, J. A gestão do sistema de proteção à propriedade intelectual no Brasil é consistente?. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 3, p. 567-590, maio/jun. 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rap/a/ZdBMB99ZZt6zytLc3BXbVTv/. Acesso em: 20 jan. 2026.

MATIAS-PEREIRA, J. Fragilidades e perspectivas do sistema de proteção à propriedade intelectual no Brasil. **Revista Gestão Industrial**, Ponta Grossa, v. 6, n. 3, p. 22-39, 2010. Disponível em: https://periodicos.utfpr.edu.br/revistagi/article/view/608. Acesso em: 22 fev. 2026.

MATTOS, S. M; CESTARI, V. R. F.; MOREIRA, T. M. M. Protocolo de revisão de escopo: aperfeiçoamento do guia PRISMA-ScR. **Revista de Enfermagem da UFPI**, Teresina, v. 12, e3062, 2023. Disponível em: https://periodicos.ufpi.br/index.php/reufpi/article/view/3062. Acesso em: 22 fev. 2026.

MAYRINK, R. A. **Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil e na OCDE**: uma abordagem comparada. Orientador: Pedro Luiz Cavalcante. 2025. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Escola Nacional de Administração Pública (Enap), Brasília, 2025. Disponível em: http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/8949. Acesso em: 22 jan. 2026.

MEDEIROS, M. L.; PASSADORA, C. S.; PASSADOR, J. L. Implications of geographical indications: a comprehensive review of Papers listed in CAPES' jornal database. **RAI Revista**

de Administração e Inovação, São Paulo, v. 13, n. 4, p. 315-329, 2016. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.rai.2016.09.002. Acesso em: 19 fev. 2026.

MEIRELES, M. A. C. *et al*. Value Generation in Software Projects: Lessons Learned from the Reimplementation of Design Thinking in a Technological Development Institute. In: **XXIII Brazilian Symposium on Software Quality**, 23., 2024, Salvador. Anais [...]. New York: ACM, 2024. p. 526-534. Disponível em: https://dl.acm.org/doi/epdf/10.1145/3701625.3701638. Acesso em: 19 fev. 2026.

MELLO, A. M.; MARX, R.; MOTTA, F. G. A preliminary analysis of Inovar Auto impact on the Brazilian Automotive Industry R&D activity. **RAI Revista de Administração e Inovação**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 22-28, 2016. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1809203916300031?ref=pdf_download&fr=RR-2&rr=9c0a1d822a656279. Acesso em: 19 jan. 2026.

MELO, E. M. *et al*. Análise das patentes depositadas por universidades federais brasileiras no banco de dados do Espacenet. **Cadernos de Prospecção**, Salvador, v. 6, n. 4, p. 561-571, 2014. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/nit/article/view/11413. Acesso em: 22 fev. 2026.

MEMÓRIA, C. V.; CAMINHA, U. A política de inovação como instrumento de redução das desigualdades regionais no Brasil. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 11, n. 3, 2021. Disponível em: https://www.publicacoes.uniceub.br/RBPP/article/view/7484. Acesso em: 19 jan. 2026.

MENDES, D. R. F.; DE OLIVEIRA, M. A. C.; PINHEIRO, A. A. Política nacional de ciência, tecnologia e inovação: avaliação do marco regulatório e seus impactos nos indicadores de inovação. **REGEPE Entrepreneurship and Small Business Journal**, São Paulo, SP, v. 2, n. 1, p. 22-46, 2013. Disponível em: https://regepe.org.br/regepe/article/view/49. Acesso em: 22 jan. 2026.

MENEZES JÚNIOR, E. E.; SILVA, C. H. C.; SILVA, S. D. A lei do bem no distrito agroindustrial de Anápolis: potencialidades e desafios para a inovação regional. **Revista Opinião Jurídica (Fortaleza)**, Fortaleza, v. 23, n. 43, p. 77–97, 2025. Disponível em: https://periodicos.unichristus.edu.br/opiniaojuridica/article/view/5443. Acesso em: 20 fev. 2026.

MOREIRA, N. V. A. *et al*. A inovação tecnológica no Brasil: os avanços no marco regulatório e a gestão dos fundos setoriais. **REGE - Revista de Gestão**, São Paulo, v. 14, n. especial, p. 31-44, 2007. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/rege/article/view/36611. Acesso em: 20 jan. 2026.

MURAKAMI, R. G. Relação P&D e a Lei do Bem das empresas brasileiras de capital aberto. **Revista Inovação Tecnológica**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 14-41, jul./dez. 2021. Disponível em: https://rit.openjournalsolutions.com.br/index.php/rit/article/view/48. Acesso em: 22 fev. 2026.

NOGUEIRA, E.; OLIVEIRA, O. V. de. Inovação Tecnológica Empresarial e Políticas Públicas Fiscais no Brasil. **Administração Pública e Gestão Social**, [S. l.], v. 15, n. 4, 2023. Disponível em: https://periodicos.ufv.br/apgs/article/view/15117. Acesso em: 20 fev. 2026.

OLIVEIRA, C. E. *et. al*. A evidenciação da inovação organizacional no planejamento estratégico das empresas do setor elétrico. **Revista Visão: Gestão Organizacional**, Caçador (SC), Brasil, v. 9, n. 1, p. 120–132, 2020. Disponível em: https://periodicos.uniarp.edu.br/index.php/visao/article/view/2201. Acesso em: 20 fev. 2026.

OLIVEIRA, M. A. C. *et al*. Análise econométrica dos dispêndios em Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) no Brasil. **RAI - Revista de Administração e Inovação**, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 104-126, jul./set. 2015. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/rai/article/view/101896. Acesso em: 19 jan. 2026.

OLIVEIRA, O. V. de; ZABA, E. F.; FORTE, S. H. A. C. Razão da não utilização de incentivos fiscais à inovação tecnológica da Lei do Bem por empresas Brasileiras. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, [S. l.], v. 14, n. 31, p. 67–88, 2017. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/2175-8069.2017v14n31p67. Acesso em: 20 jan. 2026.

OLIVEIRA, T; BORSCHIVER, S. Políticas de incentivo à inovação tecnológica no Brasil: a interação das instituições científicas e tecnológicas com empresas: um estudo do Instituto Nacional de Tecnologia (INT) e das empresas do setor químico. **Revista GEINTEC**, São Cristóvão, v. 3, n. 3, p. 120-138, 2013. Disponível em: https://doi.org/10.7198/S2237-07222013000300012. Acesso em: 22 fev. 2026.

PADILHA, F.; RUFFONI, J. De que forma a Lei do Bem incentiva a atividade inovativa das firmas? Uma reflexão para empresas selecionadas no Rio Grande do Sul. In: **ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA INDUSTRIAL E INOVAÇÃO**, 1., 2016, Araraquara. Anais [...]. São Paulo: Blucher, 2016. p. 431-450. (Blucher Engineering Proceedings, v. 3, n. 4). Disponível em: https://pdf.blucher.com.br/engineeringproceedings/1enei/021.pdf. Acesso em: 20 fev. 2026.

PIO, J. G. Effects of innovation and social capital on economic growth: empirical evidence for the Brazilian case. **International Journal of Innovation**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 40-58, jan./abr. 2020. Disponível em: https://periodicos.uninove.br/innovation/article/view/16478/pdf. Acesso em: 20 jan. 2026.

PIONTKEWICZ, R.; FREITAS, M. C. D.; BIZ, A. A. Benefícios fiscais para incentivo à inovação tecnológica no Brasil: informação para uso no processo de tomada de decisão em indústrias de grande porte. **RACEF – Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace**, Ribeirão Preto, v. 8, n. 2, p. 31-47, 2017. Disponível em: https://racef.fundace.org.br/index.php/racef/article/view/304. Acesso em: 20 fev. 2026.

PORTO, G. S.; MEMÓRIA, C. V. Incentivos para inovação tecnológica: um estudo da política pública de renúncia fiscal no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 3, p. 520–541, maio–jun. 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rap/a/SwbrYhjjPTftBb9kjdb9scb/?lang=pt. Acesso em: 19 jan. 2026.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico:** métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SANTOS, A. L. T.; OLIVEIRA, C. A. B; RENAULT, T. B. Lei do Bem como instrumento de incentivo à inovação: reflexões sobre a adesão das empresas do estado do Rio de Janeiro. **Revista FSA**, Teresina, v. 20, n. 3, p. 3-29, mar. 2023. DOI: http://dx.doi.org/10.12819/2023.20.3.1. Disponível em: http://www4.unifsa.com.br/revista/index.php/fsa/article/view/2679/491493790. Acesso em: 20 fev. 2026.

SANTOS, U. P; RAPINI, M. S.; MENDES, P. S. Impactos dos incentivos fiscais na inovação de grandes empresas: uma avaliação a partir da pesquisa Sondagem de Inovação da ABDI. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 30, n. 3, p. 803-832, set./dez. 2020. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/0103-6351/5687. Acesso em: 20 jan. 2026.

SCAFF, L. C. M.; PEREIRA, L. F. F. Institucionalismo & Inovação: a Lei do Bem como instituição extrativista no ecossistema inovativo nacional. **REI - Revista Estudos Institucionais**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 629–648, 2021. Disponível em: https://www.estudosinstitucionais.com/REI/article/view/582. Acesso em: 19 jan. 2026.

SCAFF, L. C. M.; PEREIRA, L. F. F. Ordem econômica & inovação: a Lei do Bem e os princípios da livre concorrência e do tratamento favorecido as empresas nacionais de pequeno porte. **Revista Brasileira de Direitos Fundamentais & Justiça**, [s. l.], v. 15, n. 44, p. 137-154, 2021. Disponível em: https://dfj.emnuvens.com.br/dfj/article/view/835. Acesso em: 20 fev. 2026.

SILVA, D. T. V..; MAGALHÃES, F. L. F.; MORANO, R. S. Estruturação de processos de gestão de projetos de inovação tecnológica com uso de incentivos fiscais. **Revista de Gestão e Projetos**, [S. l.], v. 15, n. 2, p. 324–353, 2024. Disponível em: https://periodicos.uninove.br/gep/article/view/25443. Acesso em: 20 fev. 2026.

SILVA, E. B; GALEGALE, N. V.; RIBEIRO, R. B. Contribuição para análise do valor agregado proveniente dos incentivos fiscais da Lei do Bem. **Revista Científica Hermes - Fipen**, [S. l.], v. 36, n. 2, p. 206–229, 2024. DOI: 10.21710/rch.v36i2.754. Disponível em: https://revistahermes.com.br/index.php/hermes1/article/view/754. Acesso em: 20 fev. 2026.

SILVA, K. *et al*. Academic patenting in Brazil: the role of academic inventors in PCT patent applications – 2002-2012. **Academia Revista Latinoamericana de Administración**, [s. l.], v. 30, n. 4, p. 529-546, 6 nov. 2017. Disponível em: https://doi.org/10.1108/ARLA-06-2016-0164. Acesso em: 19 jan. 2026.

SOUZA, K. D *et al*. Gastronomy and the development of new food products: technological prospection. **International Journal of Gastronomy and Food Science**, [s. l.], v. 33, 100769, 2023. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1878450X23001117?via%3Dihub. Acesso em: 19 jan. 2026.

SOUZA, M. T. Lei do bem: um panorama a partir da caracterização das empresas beneficiárias localizadas na região metropolitana de ribeirão preto. **ReBraM - Revista Brasileira Multidisciplinar**, Ribeirão Preto, v. 23, n. 2, p. 119-136, 2020. Disponível em: https://rebra-m.org.br/index.php/rebra-m/article/view/737. Acesso em: 20 fev. 2026.

SOUZA, S. G. A; SANTOS, P. S.; ROCHA, M. T. S. Financiamento da inovação no Brasil: uma abordagem sobre a influência dos incentivos fiscais na atividade inovativa industrial. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA INDUSTRIAL E INOVAÇÃO, 3., 2018, São José dos Campos. **Anais** [...]. São Paulo: Blucher, 2018. p. 1109-1126. (Blucher Engineering Proceedings, v. 5, n. 1). Disponível em: https://DOI 10.5151/enei2018-64. Acesso em: 20 fev. 2026.

VEIGA, C. R. P. *et al*. Vaccine R&D in Brazil: The effectiveness of push and pull regulations. **World Patent Information**, [s. l.], v. 46, p. 54-63, set. 2016. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0172219016300382?via%3Dihub. Acesso em: 19 jan. 2026.

VELHO, S. R. K. *et al*. Electromobility strategy on emerging economies: Beyond selling electric vehicles. **Cleaner Energy Systems**, [s. l.], v. 9, 100166, dez. 2024. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2772783124000608?via%3Dihub. Acesso em: 19 jan. 2026.

WORMA, J. R.; BERGAMIN, M. A tomada de decisão e os impactos financeiros a partir do aproveitamento de incentivos fiscais. **Revista Brasileira de Administração Científica**, [s. l.], v. 7, n. 1, p. 101-115, jan./mar. 2016. Disponível em: https://doi.org/10.6008/SPC2179-684X.2016.001.0007. Acesso em: 22 fev. 2026.

ZANGHELINI, F.; ANDRADE, C. A. S. Effectiveness evaluation of public policy incentive R&D in technological innovation in Brazil: a focus on law of the well. **Revista de Ciências Farmacêuticas Básica e Aplicada**, Araraquara, v. 36, n. 3, p. 349-358, 2015. Disponível em: https://rcfba.fcfar.unesp.br/index.php/ojs/article/view/22/21. Acesso em: 19 jan. 2026.

ZIMMER, P. *et al*. Tax Incentives for Innovation in Brazil: Obstacles for Use of the Good Law (Law 11.196/2005). **Journal of Technology Management & Innovation**, Santiago, v. 11, n. 4, p. 48-56, 2016. Disponível em: https://www.scielo.cl/pdf/jotmi/v11n4/art06.pdf. Acesso em: 22 jan. 2026.

ZITTEI, M. V. M. *et al*. Lei do Bem: o incentivo da inovação tecnológica como aumento da competitividade global do Brasil. **Revista GEINTEC**, São Cristóvão, v. 6, n. 1, p. 2925-2943, 2016. Disponível em: https://revistageintec.net/old/wp-content/uploads/2022/03/p-2925-2943.pdf. Acesso em: 20 fev. 2026.

ZONATTO, V. C. S. *et al*. Reflexos da gestão organizacional no uso de incentivos fiscais de inovação tecnológica. **Revista GESTO: Revista de Gestão Estratégica de Organizações**, Santo Ângelo, v. 7, n. 1, p. 102-126, jan./jun. 2019. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/203703. Acesso em: 22 jan. 2026.

ZUCOLOTO, G. F. *et al*. Há endogeneidade no acesso às políticas de desenvolvimento tecnológico e exportador no Brasil?. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 30-58, jan./abr. 2013. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1415-98482013000100002. Acesso em: 22 fev. 2026.

Como Referenciar este Artigo, conforme ABNT:

LIMA, F. V. R; SOUSA, C. I. A. B. Panorama da Produção Científica Sobre a Lei Nº 11.196/2005 (Lei Do Bem): Uma Revisão de Escopo com Abordagem Sistemática. **Rev. FSA**, Teresina, v. 23, n. 7, art. 2, p. 22-49, jul. 2026.

Contribuição dos Autores	**F. V. R. Lima**	**C. I. A. B. Sousa**
1) concepção e planejamento.	X	X
2) análise e interpretação dos dados.	X	X
3) elaboração do rascunho ou na revisão crítica do conteúdo.	X	X
4) participação na aprovação da versão final do manuscrito.	X	X